



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

**Ata da 414ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, realizada no dia 31 de agosto de 2022.**

Realizou-se no dia 31 de agosto de 2022, às 09h00, por meio híbrido, presencial e por videoconferência, a 414ª Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente, realizada e transmitida do Plenário “Prof. Paulo Nogueira Neto” (Sala do CONSEMA), Prédio 6 da SIMA/Cetesb, na Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345. Compareceram os(as) conselheiros(as) **Fernando Barrancos Chucre**, Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, **Eduardo Trani**, Subsecretário de Meio Ambiente e Suplente do Presidente do CONSEMA, **Cassiano Quevedo Rosas de Ávila**, Subsecretário de Infraestrutura, **Gil Kuchembuck Scatena (SIMA/SMA)**, **Cristina Maria do Amaral Azevedo “Kitty” (SIMA/CPLA)**, **João Thiago Wohnrath Mele (SIMA/CFB)**, **Rachel Marmo Azzari Domenicheli** e **Laura Diaz Montiel (SIMA/CEA)**, **Ana Lucia Santana Seabra** e **Adriana Almeida Puente (SIMA/PPP)**, **Lucila Manzatti (SIMA/FF)**, **Patrícia Faga Iglecias Lemos (Cetesb)**, **Maria Cristina de Oliveira Lima Murgel (SAA)**, **Cel. PM Dinael Carlos Martins (SSP/CPAmb)**, **Luiz Sergio Ozorio Valentim (SES)**, **Juan Tarsis Gimenes de Almeida (SLT)**, **Luiz Eduardo de Oliveira Camargo (SH)**, **Vanilson Fickert Graciose (ST)**, **Daniel Smolentzov** e **Plínio Back Silva (PGE)**, **Anícia Aparecida Baptistello Pio (Fiesp)**, **Gilmar Ogawa** e **Marco Antônio de Oliveira (Faesp)**, **Tatiana Barreto Serra (MP/SP)**, **Waleska Del Pietro Storani (CREA/SP)**, **Paula Marcia Sapia Furukawa (ABES/SP)**, **Rosa Ramos (OAB/SP)**, **Violeta Saldanha Kubrusly (CAU/SP)**, **Cláudio Scalli** e **Andrea Cristina de Oliveira Struchel (Anamma/SP)**, **José Fernando Bruno (APM)**, **Denise Croce Romano Espinosa (USP)**, **Sandra Maria Carmelo-Guerreiro (Unicamp)**, **Viviane Moschini Carlos (Unesp)**, **Fernando Gallardo Vieira Prioste (ISA)**, **Maria Fernanda Carbonelli Muniz (ICC)**, **Gilda Helena Leoncio Nunes (IIS)**, **Syllis Flavia Paes Bezerra (Ecophalt)**, **Ibrahim Tauil (Concidadania)**, **Martha Martins de Moraes (AAVA)**, **Jeferson da Rocha Oliveira (IEPA)**, e **Claudio Bedran (Planeta Verde)**. Constavam do **Expediente Preliminar**: **1) Apreciação do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (Proc. e-ambiente SIMA.026073/2019-79)**; **2) Apreciação da arguição de impedimento do conselheiro representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Diretoria São Paulo (Anamma/SP)**, e providências subsequentes, nos termos da Deliberação CONSEMA nº 06/1996 (Proc. e-ambiente SIMA.056717/2022-13); **3) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização referente à análise do pedido de reconsideração interposto contra a Deliberação CONSEMA nº 11/2022**, que aprovou, com base no Parecer Técnico da Cetesb sobre o respectivo EIA/RIMA, a viabilidade ambiental do empreendimento “Obras de Implantação da Central de Tratamento de Resíduos Consimares - CTRC”, de responsabilidade da Consimares - Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Campinas com recomendações (Proc. SIMA 043137/2022-80); **4) Apreciação do Relatório Final da Comissão Temática Processante e de Normatização sobre o recurso especial interposto contra o Auto de Infração Ambiental nº 20170217003731-1**, em nome de Renato Leão Cavalcanti (Proc. AIAe nº 3.033/2017 - NIS 2005943). Abertos os trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

de Oliveira informou que a reunião ocorria por meio híbrido, por videoconferência e presencialmente. Esclareceu que a transmissão ao vivo da reunião pode ser acessada na página “ambientesp”, no Youtube. A seguir, submeteu ao Conselho a Ata da 413ª Reunião Ordinária do Plenário que, dispensada de sua leitura, foi aprovada pela Presidência. Passou-se às **Comunicações da Presidência e da Secretaria-Executiva**. O Secretário-Executivo do CONSEMA **Anselmo Guimarães** convidou aos conselheiros e a toda a sociedade para participar das próximas Audiências Públicas convocadas pelo CONSEMA, para o mês de setembro/2022. Tomaram **Posse no Plenário do Conselho**, o Sr. Secretário-Executivo da SIMA **José Amaral Wagner Neto**, pela Subsecretaria de Infraestrutura, também **Adriana Almeida Puente**, pela Coordenadoria de Parques e Parcerias, e ainda **Gilmar Ogawa**, pela Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo. O Presidente do CONSEMA **Fernando Chucre** saudou os recém-empossados, e passou aos informes sobre as principais realizações da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente ocorridas durante o mês. Passou-se aos **Assuntos Gerais** e inclusões de urgência na Ordem do Dia. O conselheiro **Cel. Martins** apresentou um adendo à fala do Presidente com relação à Operação Integrada Defesa das Águas, destacando que as invasões nas Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais tem se mostrado sérios problemas à segurança pública, pela ação de organizações criminosas envolvidas. A conselheira **Syllis Bezerra** apresentou apontamentos acerca do funcionamento e do histórico do CONSEMA, criticou recentes decisões do colegiado, propondo uma reflexão sobre o que se pretende para os próximos anos, e quais desafios a serem enfrentados. Abriu a palavra para seus assessores **Felix e Eliseu**, representantes da Cooperativa Mundo Novo, do Guarujá, que registraram críticas ao que consideram “incineração de resíduos sólidos”, sistema que prejudicaria os trabalhos das cooperativas de coleta seletiva. O seu suplente, **Ibrahim Tauil**, informou sua **renúncia ao mandato no CONSEMA**, por entender terem sido desconsideradas no Plenário discussões de interesse para o fórum de entidades da Baixada Santista do qual faz parte, deixando, portanto, vaga a sua cadeira, e acrescentando não reconhecer nenhuma outra entidade da sociedade civil que representa a região, no Plenário do CONSEMA. O conselheiro **Fernando Prioste** solicitou que fosse realizada pela Comissão Temática de Políticas Públicas do CONSEMA, a discussão acerca da Lei Estadual nº 17.557/2022, que instituiu o Programa Estadual de Regularização de Terras no Estado de São Paulo, com o intuito de analisar a lei, propor mecanismos relacionados à preservação ambiental, e fazer sugestões ao Governo do Estado para a regulamentação da mesma, principalmente no que diz respeito à observância das questões ambientais, ao Cadastro Ambiental Rural, e aos direitos de povos e comunidades tradicionais que ocupam terras devolutas. A conselheira **Fernanda Carbonelli** falou sobre um movimento ocorrido no Litoral Norte, e um requerimento junto Ministério Público Federal, para suspensão de exercícios de tiro exercidos pela Marinha do Brasil na Área de Refúgio da Vida Silvestre de Alcatrazes. Requereu que sejam realizados estudos para que a Ilha da Sapata passe a integrar o perímetro da Área de Proteção Ambiental (APA) Marinha do Litoral Norte, tendo em vista que atualmente esta se encontra na sua Zona de Amortecimento, ou ainda outras medidas que possam preservar a área e evitar esses exercícios de tiro, que considera extremamente danosos. O conselheiro **Gilmar Ogawa** apoiou as palavras do Cel. Martins sobre as operações de fiscalização citadas, e na sequência expôs ações realizadas pela Faesp em apoio e proteção aos produtores rurais. A conselheira **Maria**



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

87 **Cristina Murgel**, acerca da tarefa delegada à Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas  
88 protegidas - CTBio para proposição de nova redação ao dispositivo sobre a pulverização de  
89 agrotóxicos na APA Serra do Itapeti, informou que ainda se está caminhando para um consenso  
90 sobre um novo texto, razão pela qual a matéria ainda não foi trazida à Plenária. O conselheiro  
91 **João Thiago Mele** apresentou as informações sobre o andamento das outras tarefas delegadas  
92 à CTBio na Plenária anterior: (i) a Fundação Florestal apresentou o status das discussões sobre  
93 os Planos de Manejo das Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Jacupiranga,  
94 com esclarecimentos sobre a situação fundiária das áreas que o integram, e à medida que os  
95 estudos forem avançando, novas exposições serão feitas na CT; (ii) trouxe informações acerca  
96 do plano de trabalho referente às discussões sobre a implantação do Programa de Regularização  
97 Ambiental, com reuniões trimestrais para acompanhamento do assunto. A conselheira **Patrícia**  
98 **Iglecias**, Diretora-Presidente da Cetesb, prestou esclarecimentos sobre apontamentos referentes  
99 à gestão de resíduos sólidos, citando a Resolução SIMA nº 47/2020, que estabelece diretrizes e  
100 condições para o licenciamento de unidades de preparo de Combustível Derivado de Resíduos  
101 Sólidos - CDR e da atividade de recuperação de energia proveniente do uso de CDR; informou  
102 que a questão da cava subaquática no litoral, fora submetida a CPI pela Assembleia Legislativa,  
103 que concluiu pela regularidade do processo de licenciamento; por termo, ressaltou os resultados  
104 que vem sendo obtidos no âmbito do Acordo Ambiental São Paulo, e que serão apresentados  
105 na COP de Mudanças Climáticas, a ser realizada no Egito. O conselheiro **Claudio Bedran**,  
106 alegou dificuldades junto ao Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Itesp em um projeto  
107 de recuperação no Assentamento Guarani, nos municípios de Guataporã e Pradópolis. O  
108 conselheiro **Jeferson Rocha** apresentou novamente denúncias com relação a ocorrências de  
109 degradação ambiental em Itamambuca, alegando que as atividades e construções irregulares  
110 continuam ocorrendo. O Presidente **Fernando Chucre** informou ter anotado as denúncias  
111 referentes a fiscalização ambiental, para que as providências adequadas sejam tomadas.  
112 Acolheu a proposta feita pelo conselheiro Prioste sobre a discussão acerca do Programa  
113 Estadual de Regularização de Terras, que, não tendo manifestações em contrário pelo Plenário,  
114 fica assim registrada: ***Deliberação CONSEMA nº 18/2022. De 31 de agosto de 2022. 414ª***  
115 ***Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Atribui tarefa à Comissão Temática de***  
116 ***Políticas Públicas. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de***  
117 ***sua competência legal, delibera: Artigo único – Atribui à Comissão Temática de Políticas***  
118 ***Públicas a tarefa de discutir e propor contribuições ao debate para a regulamentação da***  
119 ***Lei Estadual nº 17.557, de 21 de julho de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa***  
120 ***Estadual de Regularização de Terras, nos casos em que especifica.*** Considerou a pertinência  
121 da sugestão da conselheira Fernanda Carbonelli sobre a questão da Ilha da Sapata; e fez ainda  
122 destaques a problemas encontrados pela fiscalização nas Áreas de Proteção aos Mananciais,  
123 que considera atualmente não mais uma questão exclusivamente social, mas, majoritariamente,  
124 de combate ao crime organizado. Em complemento, **Eduardo Trani** propôs o registro de  
125 ***recomendação expressa para que a Fundação Florestal inicie os estudos e análises para a***  
126 ***inserção da Ilha da Sapata no perímetro da APA Marinha do Litoral Norte***; agradeceu pelas  
127 contribuições dos conselheiros Ibrahim e Syllis, esclarecendo que todos os apontamentos  
128 trazidos por estes foram discutidos profundamente pelo CONSEMA, com votos embasados e  
129 de forma democrática. O Presidente **Fernando Chucre**, por fim, informou sobre as tratativas



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

junto a cooperativas de reciclagem com relação à questão tributária, comprometendo-se a reportar ao CONSEMA as medidas que forem sendo implementadas. Encerrado o Expediente Preliminar, o Secretário Executivo **Anselmo Guimarães**, anunciou o primeiro item da **Ordem do Dia**, qual seja, a Apreciação do **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo** (Proc. e-ambiente SIMA.026073/2019-79). O estudo foi apresentado por **Gil Scatena**, Coordenador de Planejamento Ambiental da SIMA. Ao término, o Presidente **Fernando Chucre** registrou seu reconhecimento ao trabalho dos envolvidos e destacou a importância deste instrumento pela sua capacidade de indicar estrategicamente a direção do desenvolvimento do Estado de São Paulo. Na sequência passou a condução dos trabalhos ao seu Suplente, o Subsecretário de Meio Ambiente **Eduardo Trani**. Participaram dos debates os conselheiros e conselheiras **Andrea Struchel**, **Cláudio Scalli**, **Daniel Smolentzov**, **Fernanda Carbonelli**, **Claudio Bedran**, **Cristina Murgel**, **Gilmar Ogawa**, **Tatiana Barreto Serra**, **Jeferson Rocha Oliveira**, **Rachel Marmo Azzari**, **Anícia Pio**, **Waleska Del Pietro**. O Presidente **Eduardo Trani** teceu os seus comentários sobre a proposta, abrindo para a participação da Assessora **Jussara Carvalho**. Após os esclarecimentos de **Gil Scatena**, e das considerações da conselheira **Kitty**, foi submetida a proposta ao Plenário, **aprovada** por ampla maioria – 29 (vinte e nove) votos - e apenas 1 (uma) abstenção, declarada pela representante do Ministério Público, o que deu origem à **Deliberação CONSEMA nº 19/2022**, que, para se conservar sua formatação, será transcrita no final da ata. Passou-se ao segundo item da Ordem do Dia, a Apreciação da **arguição de impedimento do conselheiro** representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Diretoria São Paulo (Anamma/SP), e providências subsequentes, nos termos da Deliberação CONSEMA nº 06/1996 (Proc. e-ambiente SIMA.056717/2022-13). O **Secretário-Executivo** convidou inicialmente os autores da arguição para uma apresentação dos motivos, com a manifestação das representações das Entidades Ambientalistas iniciando-se por **Fernando Prioste**, seguido da conselheira **Fernanda Carbonelli**. Na sequência, em igual tempo de manifestação, falaram os representantes da Anamma/SP, **Claudio Scalli** e **Andrea Struchel**. Participaram dos debates os conselheiros e conselheiras **Daniel Smolentzov**, **José Fernando Bruno**, **Tatiana Barreto Serra**, **Cristina Murgel**, **Jeferson Oliveira**, **Syllis Bezerra**, **Anícia Pio**; em uma segunda rodada se manifestaram novamente **Fernando Prioste**, **Fernanda Carbonelli**, **Andrea Struchel** e **Daniel Smolentzov**, com os comentários finais do Presidente **Eduardo Trani**. Submetida ao Plenário, a arguição apresentada **não foi acolhida**, por 26 (vinte e seis) votos contrários, contando ainda com 4 (quatro) votos favoráveis e nenhuma abstenção, o que deu azo à seguinte decisão: **“Deliberação CONSEMA nº 20/2022. De 31 de agosto de 2022. 414ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA. Não acolhimento da arguição de impedimento de conselheiro. O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera: Artigo único – Manifesta-se pelo não acolhimento da arguição de impedimento do conselheiro representante da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente – Diretoria São Paulo (Anamma/SP), nos termos da Deliberação CONSEMA nº 06/1996.”** Devido ao adiantado da hora, a apreciação dos itens remanescentes teve de ser adiada para a Plenária subsequente. Conforme registrado anteriormente, segue o texto da **Deliberação CONSEMA nº 19/2022**, abaixo transcrita com o propósito de se conservar sua formatação:





**“Deliberação CONSEMA nº 19/2022**

**De 31 de agosto de 2022**

**414ª Reunião Ordinária do Plenário do CONSEMA**

*Manifesta-se favorável ao Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo.*

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, no exercício de sua competência legal, delibera:

**Artigo único** – Aprova o **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo**, e manifesta-se favorável à respectiva **minuta de decreto de instituição e seus anexos**, apresentada a seguir.

**ANEXO DA DELIBERAÇÃO CONSEMA Nº 19/2022**

*MINUTA DE DECRETO Nº xx, DE xx DE xx DE 2022*

Institui o Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado de São Paulo - ZEE-SP, considerando as disposições da Lei Estadual nº 13.798/2009 e do Decreto Estadual nº 66.002/2021.

*RODRIGO GARCIA, Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,*

**DECRETA:**

*Artigo 1º - Fica instituído o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de São Paulo (ZEE-SP), instrumento de planejamento ambiental e territorial que estabelece diretrizes de ordenamento e gestão do território, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas das diferentes regiões do Estado.*

*Artigo 2º - O ZEE-SP é orientado pelas seguintes diretrizes estratégicas:*

*I - Resiliência às Mudanças Climáticas, com baixa vulnerabilidade ambiental e social e capacidade de prevenção e resposta às situações de riscos e desastres;*

*II - Segurança Hídrica, com oferta de água em quantidade e qualidade aos diferentes usos ao longo do tempo;*

*III- Salvaguarda da Biodiversidade, com proteção, conservação e restauração dos biomas e ecossistemas associados, para assegurar a sustentabilidade da biodiversidade e os serviços ecossistêmicos;*



*IV - Economia Competitiva e Sustentável, com identificação das conexões positivas entre recursos ambientais e atividades econômicas, de forma a consolidar, fomentar e dinamizar economias;*

*V - Redução das Desigualdades Regionais, com melhoria do acesso a bens e serviços, programas e políticas públicas que promovam a qualidade de vida e reduzam os desequilíbrios regionais.*

*Artigo 3º - Integram o ZEE-SP os seguintes documentos:*

*I – Diagnóstico do estado, em cartas síntese, das diretrizes estratégicas de Resiliência às Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica, Salvaguarda da Biodiversidade e Redução das Desigualdades Regionais;*

*II – Diagnóstico do estado, em relatório técnico, da diretriz estratégica de Economia Competitiva e Sustentável;*

*III – Cenarização do estado, no horizonte de 2040 das diretrizes estratégicas de Resiliência às Mudanças Climáticas, Segurança Hídrica, Salvaguarda da Biodiversidade e Redução das Desigualdades Regionais;*

*IV – Projeções climáticas do estado, no horizonte 2020-2050, em relação às variáveis climáticas associadas à temperatura e precipitação;*

*V – Relatório técnico da análise integrada, com a identificação de potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas regionais;*

*VI – Zoneamento e Diretrizes Aplicáveis, com a definição das zonas de gestão;*

*VII – Plataforma Integrada de Planejamento e Gestão do Território, denominada Rede ZEE-SP, composta por base de informação territorial atualizável e compartilhada em ambiente virtual para análises espaciais estratégicas.*

*§ 1º - Os documentos elencados nos incisos I a V, que caracterizam o diagnóstico e o prognóstico do território paulista, serão atualizados a cada quatro anos, por resolução do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente e após manifestação da Comissão Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico (CEZEE-SP).*

*§ 2º - O Zoneamento e Diretrizes Aplicáveis será revisto a cada dez anos, devendo considerar o monitoramento e a atualização do diagnóstico e do prognóstico.*



§ 3º - A Rede ZEE-SP e sua Base de Informação Territorial serão continuamente atualizadas de acordo com a periodicidade de dados, indicadores e informações do ZEE-SP, incluindo aqueles compartilhados por órgãos governamentais, não-governamentais e demais usuários.

## **CAPÍTULO I – DO ZONEAMENTO**

Artigo 4º – Ficam definidas nove zonas de gestão, indicadas no mapa anexo 1, constituídas por agrupamentos de Regiões Administrativas, com similaridades dos resultados da análise integrada, para as quais são recomendadas diretrizes aplicáveis.

Parágrafo único - As diretrizes aplicáveis são apresentadas por zona de gestão e por tema, no documento “Zoneamento e Diretrizes Aplicáveis”, anexo 2.

Artigo 5º - Zona de Gestão I - Compreende as Regiões Administrativas Central, Barretos, Franca e Ribeirão Preto, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas da Salvaguarda da Biodiversidade e da Redução das Desigualdades Regionais e maior potencialidade na diretriz estratégica da Segurança Hídrica.

Artigo 6º - Zona de Gestão II - Compreende as Regiões Administrativas de Bauru, Marília e Presidente Prudente, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas da Redução das Desigualdades Regionais e da Resiliência às Mudanças Climáticas e maior potencialidade na diretriz estratégica da Segurança Hídrica.

Artigo 7º – Zona de Gestão III - Compreende as Regiões Administrativas de Araçatuba e São José do Rio Preto, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas da Salvaguarda da Biodiversidade e da Redução das Desigualdades Regionais.

Artigo 8º – Zona de Gestão IV - Compreende as Regiões Administrativas de Itapeva e Sorocaba, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação à diretriz estratégica da Redução das Desigualdades Regionais e maior potencialidade na diretriz estratégica da Segurança Hídrica.

Artigo 9º – Zona de Gestão V - Compreende a Região Administrativa de Campinas, caracterizada por maior potencialidade na diretriz estratégica da Redução das Desigualdades Regionais.

Artigo 10º – Zona de Gestão VI - Compreende a Região Administrativa de Registro, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas da Resiliência às Mudanças Climáticas e da Redução das Desigualdades Regionais e maior potencialidade nas diretrizes estratégicas da Segurança Hídrica e da Salvaguarda da Biodiversidade.

Artigo 11 – Zona de Gestão VII - Compreende a Região Administrativa de Santos, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação à diretriz estratégica da Redução das



*Desigualdades Regionais e maior potencialidade na diretriz estratégica da Salvaguarda da Biodiversidade.*

*Artigo 12 – Zona de Gestão VIII - Compreende a Região Metropolitana de São Paulo, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação à diretriz estratégica da Segurança Hídrica, e maior potencialidade na diretriz estratégica da Redução das Desigualdades Regionais.*

*Artigo 13 – Zona de Gestão IX - Compreende a Região Administrativa de São José dos Campos, caracterizada por maior vulnerabilidade em relação às diretrizes estratégicas da Resiliência às Mudanças Climáticas e da Redução das Desigualdades Regionais, e maior potencialidade na diretriz estratégica da Salvaguarda da Biodiversidade.*

## **CAPÍTULO II – DA IMPLEMENTAÇÃO**

### **SEÇÃO I – ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA**

*Artigo 14 – A implementação do ZEE-SP deve contar com uma governança multitemática e multinível, que permita articulação institucional e participação pública.*

*Parágrafo único - A articulação institucional e a participação pública devem possibilitar a transparência, o controle social e a legitimidade da aplicação do instrumento.*

*Artigo 15 - A Comissão Estadual do ZEE-SP deve se reunir anualmente, em caráter ordinário, e a qualquer tempo, em caráter extraordinário, para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação do ZEE-SP.*

*§ 1º - Cada órgão da CEZEE-SP deve fornecer anualmente um relatório sobre a inserção do ZEE-SP em suas políticas setoriais, o qual será consolidado pela Secretaria Executiva do ZEE-SP.*

*§ 2º - Os relatórios anuais devem orientar a adequação das políticas públicas setoriais, o monitoramento do ZEE-SP e a sua revisão, quando decorrido o prazo legal.*

*Artigo 16 – A Secretaria Executiva do ZEE-SP, exercida pela Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, deve promover consultas à sociedade, articuladas preferencialmente junto aos Comitês de Bacias Hidrográficas, e às entidades e instituições representativas, visando difundir o instrumento e acolher contribuições que promovam seu aprimoramento.*

*Artigo 17 - O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA, instância deliberativa do ZEE-SP, deve acompanhar a implementação do instrumento.*





*Artigo 18 – A Rede ZEE-SP é a plataforma oficial da articulação institucional do ZEE-SP, sendo responsabilidade dos órgãos componentes da CEZEE-SP a manutenção, a atualização e o incremento das informações.*

*§ 1º - Órgãos governamentais, não governamentais e demais usuários poderão incrementar a Rede ZEE-SP com dados, indicadores e informações.*

*§ 2º - Deverão ser promovidas capacitações sobre os usos e as funcionalidades da Rede ZEE-SP.*

## **SEÇÃO II – SUPORTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS SETORIAIS**

*Artigo 19 - O ZEE-SP deve subsidiar e orientar a elaboração, a revisão e a implementação das políticas públicas, os investimentos públicos e privados, bem como os processos de fiscalização, compensação, recuperação, restauração e licenciamento ambientais, fornecendo:*

*I - Visão regional e multitemática do território, com a identificação de potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas, considerando as diretrizes estratégicas;*

*II – Diagnóstico e prognóstico do estado, com atualização periódica, viabilizando o acompanhamento de sua dinâmica social, econômica e ambiental;*

*III – Dados e subsídios para a tomada de decisão e para a identificação de áreas e ações prioritárias;*

*IV - Identificação de interfaces entre as políticas públicas setoriais e os investimentos públicos e privados;*

*V - Subsídios à criação de critérios para o licenciamento ambiental.*

*Parágrafo único – O licenciamento ambiental no estado de São Paulo deve considerar as potencialidades e vulnerabilidades ambientais e socioeconômicas do território identificadas no ZEE-SP.*

## **CAPÍTULO III – DO MONITORAMENTO E DA REVISÃO**

*Artigo 20 – O monitoramento do ZEE-SP dar-se-á pelo acompanhamento da:*

*I – Evolução dos indicadores que compõem o ZEE-SP, cada qual com sua periodicidade de atualização, e dos documentos que caracterizam o diagnóstico e o prognóstico do ZEE-SP, atualizados a cada quatro anos;*



**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

*II - Incorporação das diretrizes estratégicas, do diagnóstico, do prognóstico, da análise integrada, do zoneamento e das diretrizes aplicáveis no desenvolvimento de políticas públicas setoriais e na execução de investimentos públicos e privados;*

*III – Efetiva articulação institucional no desenvolvimento e na implementação de políticas públicas setoriais e no planejamento e execução de investimentos públicos e privados, considerando também a utilização da Rede ZEE-SP para estes fins.*

*Artigo 21 - A atualização dos dados, indicadores e informações de monitoramento do ZEE-SP será disponibilizada na Rede ZEE-SP, de acordo com suas periodicidades de atualização.*

*§ 1º - Para viabilizar o monitoramento, devem ser destinados recursos e suporte tecnológico para sustentação, manutenção e aprimoramento da Rede ZEE-SP.*

*§ 2º - Serão estabelecidas parcerias para providenciar o desenvolvimento e a atualização de dados, indicadores e informações de monitoramento do ZEE-SP.*

*Artigo 22 – O monitoramento dará subsídios à revisão do zoneamento, no prazo regulamentar.*

**CAPÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

*Artigo 23 – As zonas de gestão deverão se adequar às estratégias vigentes de regionalização do estado de São Paulo.*

*Artigo 24 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.”*

Nada mais havendo a tratar, deram-se por encerrados os trabalhos. A gravação em vídeo dos trabalhos pode ser acessada na TV CONSEMA, disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema/category/tvconsema](http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/consema/category/tvconsema). Eu, **Anselmo Guimarães de Oliveira**, Secretário-Executivo do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.